

QUESTIONANDO A NORMA: O IMPACTO DA CISHETERONORMATIVIDADE NA EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL E NAS DEFINIÇÕES DE GÊNERO

QUESTIONING THE NORM: THE IMPACT OF CISHETERONORMATIVITY ON INDIVIDUAL EXPERIENCE AND GENDER DEFINITIONS

Ruth Nunes da Silva¹
Cintia de Souza Batista Tortato²

Resumo: cada vez mais, os estudos de gênero e da sexualidade debatem a cisheteronormatividade, bem como as consequências imbricadas a este tradicional e limitante modelo de pensamento. Com isso, este ensaio propõe discutir a questão de gênero fora da caixa da “normalidade” masculino/feminino, procura-se responder de que forma a comunidade LGBTQIA+ enfrenta os desafios e barreiras impostos pela construção cisheteronormativa? Acredita-se na relevância de problematizar a discriminação imputada a comunidade LGBTQIA+ e, para tanto, esta pesquisa conta com a reflexão crítica e epistêmica através do olhar de Letícia Lanz (2014), que descreve sua percepção da complexa rede de dispositivos que transformaram sua vida e da comunidade LGBTQIA+ em uma batalha cotidiana contra o preconceito transgênero. A discussão empreendida desafia conceitos tradicionais ao trazer à ponderação sobre a questão de gênero e transgeneridade na sociedade. Os preconceitos e costumes estão intrínsecos na consciência e inconsciência determinadas por uma construção patriarcal, androcêntrica e segregada “do outro”, nos parâmetros particulares associados à padronização social. Entender os contextos sociais e as barreiras e desafios enfrentadas pelas pessoas transgêneras, em detrimento das relações de poder intrínseco na sociedade. Na busca pelo direito à identidade transgênera a necessidade de avançar para uma sociedade que reconheça e celebre a diversidade de gênero e sexualidade na mudança da mentalidade e sociopolíticas na questão de gênero.

Palavras-chave: Transgênero; LGBTQIA+; Desigualdade de Gênero.

Abstract: gender and sexuality studies are increasingly debating cisheteronormativity, as well as the consequences of this traditional and limiting model of thought. With this in mind, this essay proposes to discuss the issue of gender outside the box of male/female “normality”, in an attempt to answer how the LGBTQIA+ community faces the challenges and barriers imposed by the cisheteronormative construction. We believe it is important to problematize the discrimination imposed on the LGBTQIA+ community and, to this end, this research relies on critical and epistemic reflection through the eyes of Letícia Lanz (2014) who describes her perception of the complex network of devices that have transformed her life and that of the LGBTQIA+ community into a daily battle against transgender prejudice. The discussion undertaken challenges traditional concepts by bringing up the issue of gender and transgenderism in society. Prejudices and customs are intrinsic in the consciousness and unconsciousness determined by a patriarchal, androcentric and segregated construction of “the other”, in the particular parameters associated with social standardization. Understanding the social contexts and the barriers and challenges faced by transgender people, to the detriment of the intrinsic power relations in society. In the pursuit of the right to transgender identity, the need to move towards a society that recognizes and celebrates gender and sexuality diversity in changing mentality and society.

Keywords: Transgender; LGBTQIA+; Gender Inequality.

¹ Mulher, graduada em Gestão Comercial, Especializada em Educação a Distância com Ênfase em Tutoria em EAD; mestranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade. membro do Neabi IFPR- Campus-Paranaguá.

² Doutorado em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2014). Foi editora da Revista Mundi - Sociais e Humanidades (2017-2021) e é membra da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias - ESOCITE/BR. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Formação Docente, Tecnologia, Sociedade, Relações de Gênero e Violência contra a Mulher.

1 INTRODUÇÃO

É de consenso que a transgeneridade ainda é cercada de preconceito, ditada por uma construção social, histórica e androcêntrica que limita, cerceia e dificulta a cidadania das pessoas que não se identificam com seu gênero. Este ensaio busca uma aproximação aos estudos de gênero e da desigualdade ao problematizar a discriminação imputada a comunidade LGBTQIA+ ao questionar a norma: o impacto da cisheteronormatividade na experiência individual e nas definições de gênero, que se toma de empréstimo a literatura de Butler (2018) que possibilita refletir os conceitos, costumes e preconceitos que estão intrínsecos na consciência e inconsciência determinadas por uma construção patriarcal, androcêntrica e de segregação do outro, do diferente, dentro dos parâmetros particulares associados à padronização social.

Com isso, pretende-se abordar como essa presunção de cisheteronormatividade impacta a subjetividade (autopercepção, identidade) e desafia a estabilidade (ou rigidez) das categorias de gênero, (Butler, 2018. p. 8). Busca-se compreender os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+, que sofre com a invisibilidade de suas identidades de gênero e orientação sexual. Esses indivíduos confrontam estigmas sociais, discriminação e violências físicas e psicológicas, além da falta de apoio familiar, social e político – fatores que limitam seu exercício de cidadania –. Apesar dessas barreiras estruturais, observa-se a resistência desse grupo às pressões sociais, demonstrando resiliência na luta por reconhecimento e direito (Lanz, 2014. p. 23).

Em busca de respostas utiliza-se os estudos de Lanz (2014) para compreender essa complexa rede de mecanismos que transformam a vida desta comunidade em uma luta diária. Também se aproveita as teorias de Butler (2018); e a contribuição de Foucault nos estudos de Deleuze (1990); Carneiro (2023), e Nietzsche (S/d) e Silva; Souza e Bezerra, (2019); Almeida e Santos (2024). Dada a proposta de investigar (i) O conceito do dispositivo de Foucault e a relação com a presunção de heteronormatividade; (ii) A subversão é a ordem para desmistificar a heteronormatividade, na transformação da construção social. Esta proposta de investigação é desafiar os conceitos tradicionais ao discutir e trazer à reflexão a questão de gênero e transgeneridade na sociedade.

Este ensaio nasceu não apenas da inquietação acadêmica, mas de experiência pessoal profundamente transformadora: ser mãe de transgênero me permitiu vivenciar os desafios enfrentados de preconceito, discriminação objetivos e subjetivos que vivenciam os transgêneros inseridos nos grupos marginalizados como os LGBTQIA+, que não se encaixam nos padrões heteronormativos impostos. Permitindo repensar os conceitos sociais do padrão normativo intrínseco de abominação do diferente. Não só me trouxe entendimento, mas sentir a dor do outro na falta de respeito, de dignidade que impõe o diferente a viver na sombra, na invisibilidade. Compreender de forma crítica os contextos sociais que marginalizam grupos vulneráveis, especialmente as barreiras institucionais, físicas e

simbólicas que as pessoas trans enfrentam numa sociedade marcada por relações de poder desiguais.

Mais do que apontar problemas, a busca é trazer reflexão na urgência de construirmos uma sociedade que não apenas tolere, mas reconheça a naturalidade das diversidades humanas, tanto nas diversas formas de gênero como da sexualidade, no entendimento que existem outras formas de ser e viver. Isso exige mudanças de paradigmas e padrões sociais que passamos a acreditar na falácia de uma normatividade ilógica que atinge a subjetividade e a autoestima do outro. A premência de transformações concretas desde a esfera individual na quebra barreiras e preconceitos na transformação dessa mentalidade forjada, até na implementação de políticas públicas efetivas que garantam direitos básicos, como respeito à identidade autodeclarada. Minha vivência reforça o compromisso com essa luta – não como simples observadora, mas como aliada na construção de um mundo mais justo e plural efetivamente.

2 METODOLOGIA

Na perspectiva de uma pesquisa qualitativa como movimento inicial de investigação, realizada em uma análise preliminar da literatura de Butler (2018) e a tese de Lanz (2014) que indicam o pensamento teórico sobre gênero, em contrapartida da cisheteronormatividade. A partir da abordagem de pesquisa qualitativa, considera-se um método adequado a interpretação dinâmica e holística da realidade, pois analisa os fatos de forma que não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico (Prodanov; Freitas, 2013). No desenvolvimento deste ensaio, diante da temática, procurou-se buscar artigos, teses e textos disponíveis on-line, sobre “heteronormatividade”, “transgressão”, e “identidade de gênero”, entendendo de que forma os textos estavam discutindo os temas.

Através da abordagem qualitativa, adotou-se a análise bibliográfica em um esforço investigativo inicial, que envolve um exame das contribuições acadêmicas de Judith Butler (2018); a contribuição de Foucault nos estudos de Deleuze (2000); Carneiro (2023); Nietzsche (S/d) e Silva; e Almeida e Santos (2024), que explicam os paradigmas teóricos de gênero em justaposição à cisheteronormatividade.

Optou-se escolher um ensaio como ponto inicial pois torna-se conveniente e oferece a liberdade de defender um tópico específico sem as restrições impostas por fontes documentais rigorosas (Prodanov; Freitas, 2013). A partir da metodologia da pesquisa social crítica busca-se compreender as relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações a partir do conjunto de fenômenos humanos gerados (Minayo, 2013, p. 24). A autora reitera, o pesquisador que busca a metodologia qualitativa, implica fundamentalmente na utilização do material derivado das vivências, experiências, no

cotidiano do sujeito, também analisa as estruturas e instituições, percebendo-as como manifestações do comportamento humano. Essa realidade social que constitui tanto campo como a essência do dinamismo inerente à existência individual e coletiva, repleta de significados fornecendo assim a base essencial para o conhecimento relativo ao assunto da investigação, o que, em última instância direciona o pesquisador na compreensão dos diversos contextos sociais (Minayo, 2013).

Ao selecionar o trabalho de Lanz (2014) em sua dissertação de mestrado em sociologia na Universidade Federal do Paraná - UFPR, busca-se na vivência da autora e suas investigações das pessoas LGBTQIA+ o estudo que mostra as angústias e discriminações sofridas por eles ao estar do outro lado do muro, revelando sua vivência como pessoa do gênero masculino por nascimento, e sua transição, onde ela declara: “Embora eu não me proponha fazer uma etnografia pessoal, meu ponto de partida e de chegada neste trabalho é a própria vida que eu tenho vivido como pessoa transgênera” (Lanz, 2014, p. 11). A contribuição do seu estudo para os grupos marginalizados, da desumanização e abjeção que incidem sobre as pessoas trans às transformam em sujeitos indignos de afeto e do direito de construir uma vida sem estigmas (Almeida, Santos, 2024).

Buscando contribuir para o entendimento da transgeneridade, o ensaio foi construído através da abordagem da autora, também se utiliza das contribuições de Butler (2018); Carneiro (2023); Deleuze (1990) sobre os dispositivos de Foucault, entre outros que oferecem suporte teórico. Em que a subversão é a ordem para desmistificar a cisheteronormatividade na transformação da construção social. Importa destacar que tratando-se de investigação iniciante, estaria fora objetivo análises mais aprofundadas dos conceitos e concepções aqui apresentados.

3 O CONCEITO DO DISPOSITIVO DE MICHEL FOUCAULT E A RELAÇÃO COM A PRESUNÇÃO DE CIS CISHETERONORMATIVIDADE

É necessário pela elucidação e didática a compreensão das nomenclaturas até para entender os posicionamentos sociais da diversidade de gênero, aqui estudadas. É essencial marcar os conceitos de “trans” e “cis”, embora existam muitos exemplos, esse pareceu mais esclarecedor. “A isomeria geométrica da Química Orgânica, onde “cis” são os átomos que, ao dividirmos a molécula ao meio, permanecem de um mesmo lado do plano e “trans” os que permanecem em lados opostos”. Quando o autor enfatiza o conceito também no dicionário Houaiss, trazendo a etimologia de *cis* como “da preposição latina de acusativo *cis* ‘aquém, da parte de cá de’ (por oposição a *trans*)”. Diante disso, o autor explica para uma questão de compreensão do termo “trans”, é pessoa que não se identifica com o gênero que lhe atribuíram ao nascimento”. E “cis” a pessoa que se identifica com o gênero que lhe atribuíram ao nascimento” (Rodvalho, 2017, p. 2).

Em um esforço para elucidar essa perspectiva padronizada cisheteronormativa que está enraizada nas estruturas sociais com uma força das hierarquias de gênero, na medida que é replicado este contexto histórico da normalização da identidade cisgênero, categoriza e subjugam a identidade transgênero em inadequação abjeta como norma, o corpo estranho (Almeida; Santos, 2024).

Almeida (2022) diz que o conceito de interseccionalidade na perspectiva de (Facchini, 2009) pode ser entendido como fundado na noção da diferença de uma construção analítica, não essencialista, mas como categoria que diz respeito à diferença do “outro”. Segundo o autor, é imperativo evitar a abordagem reducionista ao atribuir todas as diferenças a um fator definitivo, negligenciando a interação de marcadores sociais de diferença que se manifesta na trajetória de vida de indivíduos ou grupos, como status socioeconômico, contexto geracional, históricos sexuais e reprodutivos e típicos de gênero.

Neste sentido, esses marcadores sociais são explicados pelo dispositivo de Foucault, por diversos autores, “do corpo como uma realidade biopolítica” (Almeida, 2022, p. 518). Para Foucault, o dispositivo é sempre uma estrutura de poder que atua em um contexto específico, manifestando-se por meio da articulação gerada na interação entre múltiplos elementos e pelas relações de poder que se formam entre eles (Carneiro, 2023).

Santos (2011) destaca a perspectiva de Foucault (2002), que o dispositivo é um sistema de controle que se manifesta através de um objetivo estratégico que atende a uma urgência histórica, a subjetividade é uma construção dinâmica e plural, inserida como o biopoder (o poder sobre a vida) que age por processos de assujeitamentos (submissão dos sujeitos às normas). Foucault ao questionar as ideias universais e fixas defende uma visão diferenciada. Segundo esta visão certos elementos da sociedade se organizam e funcionam, em momentos específicos da história, para criar e manter o que chamamos de “verdade”. Foi o que aconteceu com a maneira como a sexualidade foi tratada entre os séculos XVIII e XIX, e com a forma como a transexualidade passou a ser entendida. “De modo geral as proposições de Michel Foucault foram essenciais para instigar os questionamentos propostos pelos autores queer” (Santos; Boffi, 2022, p. 2).

Essa articulação de Foucault referida por muitos autores no intento de refletir sobre os conceitos de gênero e toda bifurcação que há entre estes conceitos e requer investigação, observação e criticidade, no entendimento das mudanças ocorridas ao longo da história. A determinação das categorias fundamentais de sexo, gênero, desejo e corpo como manifestações distintas do poder convencional da heteronormatividade e pensamento androcêntrico que exige especificação e exame crítico (Butler, 2018).

Quando Carneiro traz ao conhecimento o conceito da “A construção do outro como um não-ser que fundamenta o ser” refere-se à ideia de que a identidade de um grupo (o “ser”) é marcada, em parte, pela exclusão e desumanização de outro grupo (o “não-ser”). Essa é a dinâmica, que vivem os grupos que não correspondem ao padrão

cisheteronormativo ressaltando as relações de poder e opressão. Este é um debate que permeia os questionamentos de Butler (2018) “o que acontece ao sujeito é a estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e retificador dessas categorias ostensivamente ontológicas?” (Butler, 2018, p. 8). O que a autora considera necessário problematizar quem é considerado sujeito político e como isso está atrelado a estruturas de poder que geralmente passam despercebidas (Butler, 2018). É sobre isso que a autora discute quando analisa a relação poder e sexualidade.

presume não só que a relação entre poder e sexualidade é ontologicamente distinta, mas que o poder funciona sempre e unicamente para subjugar ou libertar um sexo fundamentalmente intacto, autossuficiente, e diferente do próprio poder. Quando o “sexo” é essencializado dessa maneira, torna-se ontologicamente imune às relações de poder e à sua própria historicidade. Como resultado, a análise da sexualidade descamba em análise do “sexo”, e qualquer indagação sobre a produção histórica da própria categoria de “sexo” é impedida por essa causalidade invertida e falsificadora (Butler, 2018, p. 131).

Segundo Butler (2018) o sexo (frequentemente entendido como a categorização biológica de corpos em masculino e feminino) não é algo essencial ou natural, mas sim uma construção social. Uma categoria falseada, sustentada a partir de discursos e relações de poder, a linguagem desempenha papel crucial nessa perpetuação. Produzida e disseminada pelo sistema da heterossexualidade compulsória com o propósito de reforçar e justificar a divisão binária (homem/mulher) que sustenta a heterossexualidade como norma, limitando as possibilidades de identidade, normatizando os papéis de gênero tradicionais. Isso serve para sustentar o desejo e as práticas heterossexuais como centrais e naturais. A estrutura social que organiza identidades e as relações em torno da heterossexualidade. Utilizando o sexo como ferramenta para ordenar identidades de gênero e desejo à norma heterossexual. As práticas e identidades fora da norma heterossexual, homossexualidade, e outras formas de sexualidade e gênero, acabam por categorizar sexo, sexualidade gênero, e corpo em um mesmo molde (Butler, 2018).

Conforme, a autora dita a diversidade de gênero necessita de distinção e criticidade questionando as classificações tradicionais de sexo e gênero, argumentando que essas classificações são construções sociais e culturais, e falseadas como verdades naturais ou biológicas. Acrescenta que “o gênero é performativo, ou seja, é algo que fazemos repetidamente através de atos e comportamentos, e não faz parte da essencialidade do ser” (Butler, 2018, p. 99).

Consoante com Lanz (2014) a heterossexualidade compulsória impõe uma compreensão binária de gênero, onde masculinidade e feminilidade são estritamente

diferenciadas. Essa diferenciação é mantida por meio de práticas sociais de desejo heterossexual, que solidificam a coerência interna de sexo, gênero e desejo.

O gênero é uma construção social que varia intensamente de cultura para cultura e de época para época. Por definição, a nossa cultura, assim como toda a 'cultura ocidental', reconhece a existência de duas e apenas duas _categorias de gênero masculino e feminino ou homem e mulher. Essas duas categorias tentam naturalmente espelhar as duas principais categorias do sexo genital – macho e fêmea – das quais o dispositivo binário de gênero se apropria para classificar os indivíduos nascidos 'machos e fêmeas' respectivamente em 'homens e mulheres' (Lanz, 2014, p. 39).

Butler (2018) também explora como a linguagem e o discurso constroem as categorias de sexo e gênero, e como essas categorizações são usadas para regular e controlar os corpos e desejos das pessoas. Sugerindo que a subversão pode abrir espaço para novas formas de identidade e expressão de gênero (Butler, 2018. p. 108).

3.1 A SUBVERSÃO É A ORDEM PARA DESMISTIFICAR A HETERONORMATIVIDADE, NA TRANSFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Para Lanz (2014) a subversão está intrínseca à transição de um gênero para outro que pode ser vista como uma violação das normas e estereótipos de gênero ou como uma estratégia deliberada para se reintegrar ao sistema binário de gênero. As percepções sociais revelam as consequências e desafios enfrentados pelos indivíduos transgêneros, observando o estigma e discriminação que eles encaram e as complexidades da formação de identidade entre as gerações mais jovens de pessoas trans. Assim, Magno *et al.* (2019) conceitua

O estigma se refere a um atributo profundamente depreciativo de uma pessoa, que é percebido como tal por intermédio da interação social. A presença desse atributo pode confirmar ou reafirmar a "normalidade" de pessoas ou grupos específicos. O estigma destaca um traço específico do indivíduo e a sujeita à impossibilidade de atenção social para outros de seus atributos, imputando-lhes um grande descrédito (Magno et al., 2019, p. 4).

Ao criticar a abrangência binária de gênero e a necessidade de reconhecimento de cada identidade divergente de gênero, seja considerada individualmente ou como parte de um coletivo, de uma comunidade, adquire uma abordagem distinta para mitigar o estigma associado ao travesti. Por uma infinidade de razões, que podem até ser contraditórias e apresentadas em formações variadas, indivíduos que se identificam como transexuais, travestis, *drag queens*, bem como aqueles que se identificam como homens efeminados,

andróginos e transformistas se envolvem no travestismo como meio de articular suas identidades transgêneros. Travestis em tempo integral, por exemplo, demonstram uma disposição notável de enfrentar as convenções sociais em toda a sua extensão (Lanz, 2014, p. 91).

Almeida (2012) ao trazer a diferença no reconhecimento jurídico entre homens e mulheres trans, destaca que os homens trans têm um processo mais fácil, pois não precisam passar por cirurgia genital - isso porque a faloplastia (construção cirúrgica do pênis) ainda é considerada experimental. No entanto está aparente vantagem, pode gerar uma pressão psicológica nesses homens, que vivem com medo de serem descobertos e ou expostos fisicamente, especialmente em situações como emergências médicas. Essa ansiedade pode levar muitos a buscar cirurgias genitais não por desejo pessoal, mas para evitar constrangimentos ou riscos sociais. Embora alguns homens trans consigam lidar com essa angústia, através de acompanhamento psicológico, para outros, a única solução parece ser a cirurgia - embora, em alguns casos, nem alivia completamente o medo.

Apesar dos desafios associados ao reconhecimento e respeito de seus direitos, as travestis afirmam seu compromisso ao mostrar-se ao público sua identidade de gênero, ao enfrentar os obstáculos produzidos socialmente por bullying e pelo enfrentamento de violência física e psicológica, bem como pela perda de apoio familiar, oportunidades educacionais e acesso ao mercado formal de trabalho. Em essência, elas buscam um lugar social que geralmente é reservado para aqueles considerados indivíduos normais e decentes que não se desviam das normas sociais e que, de fato, concordam com a ordem social-institucional estabelecida pela heteronormatividade (Lanz, 2014, p. 127). Cabe aqui uma complexidade pela qual o ser humano passa ao desvincular sua identidade para caber no contexto social que não corresponde ao que deseja vivenciar e exercer seu direito de ser demasiadamente humano. Nietzsche (s/d) sintetiza a exploração da liberdade do corpo como essencialidade do ser, diante dessa complexidade.

A posse possui. — Apenas em certa medida a posse torna o homem mais livre e independente; um grau adiante — e a posse torna-se senhor, e o possuidor, escravo; ele tem de lhe sacrificar seu tempo, sua reflexão, e de ora em diante sente-se obrigado a freqüentar determinado círculo, sente-se atado a um lugar, incorporado a um Estado: tudo isso, talvez, contrariando sua necessidade mais íntima e essencial (Nietzsche, S/ d., p. 98).

Na perspectiva de Nietzsche, na relação de poder, que sustenta práticas discriminatórias, existe a obrigação conforme a construção social que limita a liberdade e autonomia do sujeito enquanto subalternos a regras impostas, acuado aos ditames padronizados, em oposição às necessidades potenciais de ser humano. Ao não se sentir

dono do seu corpo e de suas escolhas quanto sua integridade e identidade de gênero em sua liberdade de ser essencial, a importância de subverter-se contra esta relação de poder.

Neste aspecto, a declaração de Deleuze (1990) leva a entender que a subversão é necessária para a afirmação da identidade.

Neste sentido vale para nosso diagnóstico, não porque nos permitiria levantar o quadro de nossos traços distintivos e esboçar, antecipadamente, o perfil que teremos no futuro, mas porque nos desprende de nossas continuidades; dissipa essa identidade temporal em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história; rompe o fio das teleologias transcendentais e aí onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou sua subjetividade, faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência. O diagnóstico assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos diferença, nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras (Deleuze, 1990, p. 7).

Diante do exposto, o autor indica abandonar visões essencialistas da identidade e reconhecer o caráter fluido e plural que constitui a natureza humana. Butler (2003) concorda com essa premissa, definindo que contradição inerente às crenças está em presumir, limitar e definir rigidamente os sujeitos que pretende representar e emancipar. O objetivo, neste caso, não é exaltar a qualquer nova possibilidade simplesmente por existir, mas, de ressignificar as possibilidades já presentes, embora ocultas ou consideradas “culturalmente impraticáveis e inacessíveis dentro dos contextos culturais estabelecidos” (Butler, 2018).

Na medida em que essas diferenças são invisibilizadas e, muitas vezes, desvalorizadas pela racionalidade automática técnica que organiza e legitima as desigualdades desagregadas das demandas da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras identidades mais (LGBTQIA+), é importante que essas significações, nas quais o presente artigo encontra seu ponto de ancoragem, se tornem efetivas, ganhando seu espaço legítimo para identificar iniciativas que viabilizem e promovam formação para uma perspectiva de tratamento mais próxima do multiculturalismo crítico (Silva; Souza; Bezerra, 2019, p. 2).

Travestir-se significa fundamentalmente um desvio das normas de gênero estabelecidas relativas ao uso de roupas, o que ostensivamente proíbe os homens de vestirem roupas femininas, dispondo assim o indivíduo que usa esse disfarce em oposição direta às estruturas sociopolíticas e culturais marcadas, construídas em torno do sistema binário de gênero, sobre o qual toda a estrutura da dinâmica interpessoal em nossa

sociedade se constrói. Além disso, esse encontro com forças institucionais e relações de poder confirma ao travestismo masculino uma qualidade subversiva, que não apenas legítima, mas também incita e sustenta o processo de estigmatização e discriminação que o aflige há séculos (Lanz, 2014).

Assim, a autora diz que o comportamento de pessoas transgêneras oscila entre transgressão e busca por conformidade às normas de gênero, contrastando com a visão predominante que associa a transgeneridade a um transtorno mental. Afirmando que eventuais comportamentos são resultado das respostas sociais, políticas e culturais, e não da transgeneridade em si. “Definitivamente, nenhuma das nossas cinco entrevistadas demonstrou possuir qualquer tipo de transtorno mental” (Lanz, 2014, p. 258).

Não cabe aqui discutir se tal comportamento desviante é biologicamente determinado ou resulta da escolha consciente e deliberada do indivíduo. O que importa é reconhecer e legitimar o desconforto sociopolítico e a elevadíssima carga de stress físico e mental a que as pessoas gênero-divergentes podem ser submetidas em função dos seus supostos “desvios” de conduta, levando-as quase sempre a um quadro de total esgotamento físico e mental ou até mesmo ao suicídio, eleito com muita frequência como forma da pessoa livrar-se de uma carga existencial que se tornou insuportável (Lanz, 2014, p. 258).

A reflexão compreendida neste ensaio foi desmistificar através dos estudos de Lanz (2014), a respeito das crenças limitantes e as discriminações dos grupos que ainda são marginalizados. Apesar do esforço das lutas da representatividade da comunidade LGBTQIA+ tenha obtido significativas conquistas na contemporaneidade no campo da política, economia, educação, institucional e cultural. Consequentemente há muito medo e subjetividade que permeia o bem viver destes grupos, diante das discriminações, *bullies*, e marginalização infringidas pela sociedade. Com a intenção de trazer a reflexão a partir da crítica social um maior conhecimento das diligências expostas e no compromisso de contribuir com a ampliação do debate acerca da transgeneridade que ainda cerceiam, limitam e violam os direitos humanos, e cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou entender e refletir contextos sociais de grupos marginalizados, bem como barreiras e desafios enfrentados por pessoas transgêneras, em detrimento das relações de poder na sociedade. Na busca pelo direito à identidade transgênera desafiando as normas binárias destacando as implicações sociopolíticas da transgressão de gênero. Lanz (2014) traz a compreensão das pressões sociais que restringem sua liberdade de expressar seu verdadeiro eu, muitas vezes levando a consequências graves quando se desviam das normas de gênero atribuídas.

A disforia de identidade de gênero geralmente acarreta problemas significativos de saúde mental, incluindo ansiedade, depressão e ideia suicida. A angústia surge da incongruência entre o gênero vivenciado e o gênero identificado biologicamente, a rejeição social que leva ao sentimento de isolamento, e inutilidade. Trazendo a necessidade de apoio familiar, serviços de saúde mental e apoio comunitário, políticas públicas e inclusivas, reconhecimentos como cidadãos e ser humano. A afirmação da identidade de gênero de uma pessoa pode aliviar os sentimentos de vergonha e promover um sentimento de pertencimento à comunidade transgênero.

Por fim, reconhecemos a necessidade de uma reconstrução social, educação e sensibilização, questionar as normas e ampliar a visibilidade da diversidade de gênero e sexualidade. Práticas inclusivas como a linguagem neutra, espaços seguros, representatividade na mídia. Na mudança de políticas públicas que garantam direitos, combate à discriminação e o direito de participar ativamente em todos os âmbitos institucionais de socializar-se sem subterfúgios enfim, sem preconceito ou discriminação, exercer o direito de ser humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raul Gomes; SANTOS, Manoel Antônio. Políticas afetivo-sexuais na cisheteronormatividade: resistências e estratégias de bem viver de uma mulher transexual. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 35, e230015, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/GdPcWNZ7S3PNpGMwGDBDYVr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2025.

ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Rev. Estud. Fem.**, v. 20, n. 2, ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wkWvfpf58vHyvr35KTZyvtr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BUTLER, Judith. **Problema de Gênero**: feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018. Disponível em: <https://cursosextenso.usp.br/mod/resource/view.php?id=177028&forceview=1>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. **Espaço Michel Foucault**, 1990. Disponível em: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art14.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2025,

LANZ, Leticia. **O Corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jan. 2025.

NIETZSCHE, Frederich. W. **Humano, demasiado humano II**. São Paulo: Companhia das Letras,

(S/d). Disponível em:

https://www.academia.edu/70325666/Nietzsche_humano_demasiado_humano_II. Acesso em: 27 jan. 2025.

MAGNO, Laio; SILVA, Luís Augusto Vasconcelos da; VERAS, Maria Amélia; SANTOS, Marcos Pereira; DOURADO, Inês. Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n. 4, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8rxk9ZKGG9GWhCTXW7QBsKh/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SANTOS, Manoel Antônio; BOFFI, Leticia Carolina. Identidade de gênero de homens transexuais à luz de Paul Preciado. **Rev. Estud. Fem.**, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vC8cTLtRntJMj5Q5jWxrPFC/?lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SANTOS, Maria de Fátima Lima. A invenção do dispositivo de transexualidade: produção de “verdades” e experiências trans. **Revista Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 117-130, dez 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2937/2101>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, F. C.; SOUZA, E. M.; BEZERRA, M. A. (Trans) tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Rev. Estud. Fem.**, v. 27, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/djXnfdnYrpSLPCxSZQHvfNv/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Recebido em: 28/03/2025

Aceito em: 06/08/2025